

Demonstrações financeiras

Vias Participações I S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Vias Participações I S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Vias Participações I S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vias Participações I S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O

Vias Participações I S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	<u>30</u>	-
		<u>30</u>	-
Não circulante			
Investimento	7	<u>199.868</u>	178.359
		<u>199.868</u>	178.359
Total do ativo		<u><u>199.898</u></u>	<u>178.359</u>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar com partes relacionadas		-	1
		<u>-</u>	<u>1</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	8	<u>271.524</u>	201.307
Prejuízo acumulado		<u>(71.626)</u>	(22.949)
		<u>199.898</u>	178.358
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>199.898</u></u>	<u>178.359</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vias Participações I S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas	9	(186)	(1.308)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(48.491)	(21.641)
Prejuízo do exercício		<u>(48.677)</u>	<u>(22.949)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vias Participações I S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(48.677)	(22.949)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(48.677)</u>	<u>(22.949)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vias Participações I S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social		Prejuízo acumulado	Total
	Subscrito	a integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	-	-	-	-
Aumento de capital	350.000	(148.693)	-	201.307
Prejuízo do exercício	-	-	(22.949)	(22.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	350.000	(148.693)	(22.949)	178.358
Integralização de capital	-	70.217	-	70.217
Prejuízo do exercício	-	-	(48.677)	(48.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	350.000	(78.476)	(71.626)	199.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vias Participações I S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(48.677)	(22.949)
Resultado de equivalência patrimonial	48.491	21.641
Variações dos ativos e passivos		
Contas a pagar com partes relacionadas	(1)	1
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(187)	(1.307)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital em <i>joint venture</i>	(70.000)	(200.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(70.000)	(200.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	70.217	201.307
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	70.217	201.307
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	30	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vias Participações I S.A. (“Companhia” ou “Vias”) é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336, 5º andar, Leblon, no Estado do Rio de Janeiro, e foi constituída em 27 de janeiro de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, como acionista ou quotista.

A Vias é controlada pelo fundo de investimento denominado Vinci Infraestrutura Água e Saneamento Strategy Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, que detém a totalidade de suas ações.

A Companhia possui 40% das ações da Rio+ Saneamento Participações S.A. (“Rio+” ou “Joint venture”) (Nota 7), esta que detém a totalidade das ações da empresa Rio+ Saneamento BL3 S.A.).

A *joint venture* tem por objeto participações em outras sociedades e possui como investimento a participação na investida Rio+ Saneamento BL3 S.A., que atua na prestação de serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário, serviços complementares, na exploração de fontes de receitas adicionais e atividades correlatas do Bloco 3 do Rio de Janeiro, nos termos do Contrato de Concessão nº 011/2022, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro e assinado em 28 de março de 2022. Após assinatura, teve início o período de operação assistida do sistema pelo período de 180 dias.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos (“CPCs”), as interpretações técnicas (“ICPC”) e as orientações técnicas (“OCPC”) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e de sua controlada em conjunto.

Em 30 de abril de 2024, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldo de contas correntes bancária e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2. Investimento em joint venture

Operação em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

O investimento na joint venture é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos da joint venture é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas da joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da joint venture.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Investimento em *joint venture*--Continuação

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e a joint venture são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da joint venture são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações da joint venture, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável do investimento em sua joint venture. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da joint venture e o valor contábil, através de modelos de fluxo de caixa descontado e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

CPC 50: Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Companhia.

CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois): Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que a Companhia não apresenta receitas operacionais.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um *sale and leaseback* (transação de venda e retroarrendamento): as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão suscetíveis a riscos financeiros, como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia decorre de depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em instituições financeiras consolidadas no mercado com ratings em âmbito nacional de nível elevado.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência no contas a receber em aberto superior ao valor já provisionado.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa realizada na Companhia, é agregada pelo departamento de tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento.

4.2 Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos *stakeholders*.

A Companhia utiliza capital próprio para o financiamento de suas atividades. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômica. Em 31 de dezembro da 2023 e 2022 a administração da Companhia considera a estrutura de capital adequada.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

b) Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia e sua joint venture aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período.

c) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

No mínimo uma vez ao ano, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no investimento na *joint venture*. O valor recuperável do investimento na *joint venture* foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade de sua joint venture.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	<u>30</u>	-
	<u>30</u>	-

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimento

O valor do investimento é representado no quadro resumo a seguir:

Investidas	Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rio+ Saneamento Participações S.A.	199.868	178.359	(48.491)	(21.641)
Total	199.868	178.359	(48.491)	(21.641)

Movimentação do investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	-
Aporte de capital	200.000
Equivalência patrimonial	(21.641)
Em 31 de dezembro de 2022	178.359
Aporte de capital	70.000
Equivalência patrimonial	(48.491)
Em 31 de dezembro de 2023	199.868

Em 18 de março de 2022, a Companhia realizou um aporte de capital na *joint venture* pelo preço de R\$200.000 pagos à vista.

Em 1º de setembro de 2023, a Companhia realizou um aporte de capital na *joint venture* pelo preço de R\$ 70.000 pagos à vista. Este investimento da Companhia na *joint venture* tem como objetivo acelerar a consolidação no setor de saneamento no Brasil.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimento--Continuação

As informações financeiras consolidadas resumidas da Rio + Saneamento Participações S.A. (controladas em conjunto (*joint venture*)) e a conciliação do investimento nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas abaixo:

Balanco patrimonial

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	326.716	306.770
Aplicações financeiras	62.954	211.799
Outros ativos circulantes	306.438	137.749
Ativos não circulantes	2.768.747	2.467.428
Passivos circulantes		
Fornecedores	103.468	126.027
Passivos de arrendamento	2.265	1.264
Debêntures	-	82.541
Outros passivos circulantes	29.653	16.081
Passivos não circulantes		
Passivos de arrendamento	1.667	1.835
Debêntures	2.340.929	1.983.980
Outros passivos não circulantes	487.201	466.120
Patrimônio líquido	499.672	445.897
Participação proporcional da Vias	40%	40%
Valor contábil do investimento	199.868	178.359

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimento--Continuação

Demonstração do resultado

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de prestação de serviços	911.527	294.383
Custo dos serviços prestados		
Depreciação e amortização	(71.606)	(27.617)
Outros custos dos serviços prestados	(677.095)	(214.092)
Despesas gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(3.232)	(961)
Outras despesas gerais e administrativas	(199.326)	(91.878)
Despesas financeiras, líquidas		
Despesa de juros	(160.501)	(85.718)
Outras receitas (despesas) financeiras	16.562	44.325
Lucro antes dos tributos	(183.671)	(81.558)
Imposto de renda e contribuição social	62.445	27.455
Prejuízo do exercício	(121.226)	(54.103)
Participação proporcional da Vias	40%	40%
Participação da SAAB nos resultados	(48.491)	(21.641)
Outros resultados abrangentes	-	-
Participação proporcional da Vias	40%	40%
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 350.000, sendo R\$ 78.476 a integralizar, perfazendo R\$ 271.524 de capital integralizado (R\$ 148.693 a integralizar, perfazendo R\$ 201.307 de capital integralizado em 31 de dezembro de 2022), e está representado por 350.000.000 (trezentas e cinquenta milhões) ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todas nominativas e sem valor nominal.

O estatuto social da Companhia prevê aumento de capital autorizado até o limite de R\$ 500.000.

Vias Participações I S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas relacionadas ao Consórcio CEDAE	-	(1.205)
Serviços de propaganda e publicidade	(14)	(46)
Serviços de assessoria e consultoria	(106)	(27)
Serviços de auditoria	(40)	-
Serviços de contabilidade	(26)	(30)
Total	<u>(186)</u>	<u>(1.308)</u>